



Sumário

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos.	1
2. Domínio da ortografia oficial.	12
3. Acentuação gráfica.	28
4. Domínio da estrutura morfosintática do período.	33
5. Emprego dos sinais de pontuação.	40
6. Emprego do sinal indicativo de crase.	49
7. Colocação dos pronomes átonos.	57
8. Concordância verbal e nominal.	64
9. Regência verbal e nominal.	80
10. Sinonímia e antonímia.	91

Atualidades

1 Contextos históricos, relevantes e atuais de diversas áreas, tais como cidadania, assistência social, segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.....	1
2. Atualidades e contextos históricos, geográficos, sociais, políticos, econômicos e culturais referentes ao Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE.....	157

Noções de Direito Administrativo

1. Estado, governo e administração pública. 1.1. Conceitos. 1.2. Elementos.	1
2. Direito administrativo. 2.1. Conceito. 2.2. Objeto. 2.3. Fontes.	12
3. Ato administrativo. 3.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2. Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3. Decadência administrativa.	19
4. Agentes públicos no Distrito Federal. 4.1. Lei Complementar Distrital nº 840/2011. 4.1.1. Disposições constitucionais aplicáveis. 4.1.2. Cargo, emprego e função pública. 4.1.3. Provimento. 4.1.4. Vacância. 4.1.5. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.1.6. Remuneração. 4.1.7. Direitos e deveres. 4.1.8. Responsabilidade. 4.1.9. Processo administrativo disciplinar.	36
5. Poderes da Administração Pública. 5.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2. Uso e abuso do poder.	90
6. Portaria Conjunta nº 2/2018 (SEDESTMIDH/SEPLAG): Agente Social.	102
7. Lei Distrital nº 5.184/2013.	103

Noções de Direito Constitucional

1. Lei Orgânica do Distrito Federal: assistência social. 2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1. Assistência Social.	1
2.2. Princípios fundamentais.	3
2.3. Direitos e garantias fundamentais.	10



3. Aplicabilidade das normas constitucionais. 3.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada. 3.2. Normas programáticas.	10
4. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.	15
5. Organização político-administrativa do Estado.	58
6 Administração Pública. 6.1 Disposições gerais, servidores públicos.	82
6.2. Atribuições e responsabilidades do Governador do DF.	98
7. Poder legislativo. 7.1. Estrutura. 7.2. Funcionamento e atribuições.	100
8. Poder judiciário. 8.1. Disposições gerais. 8.2. Órgãos do poder judiciário.	138
9. Funções essenciais à justiça. 9.1. Ministério Público, Advocacia Pública. 9.2. Defensoria Pública.	163

Conhecimentos Específicos

1. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).	1
2. Promoção da alimentação saudável nas escolas.	21
3. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).	24
4. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada.	26
5. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).	35
6. Política Nacional de Assistência Social (PNAS).	36
7. Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	64
8. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	93
9. PNAS/SUAS. 10. Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).	101
11. Norma Operacional Básica - NOBSUAS.	101
12. Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994 e suas atualizações).	136
13. Serviços Socioassistenciais.	141
14. Trabalho em equipe: personalidade e relacionamento, eficácia no comportamento interpessoal, fatores positivos do relacionamento, comportamento receptivo e defensivo, empatia, compreensão mútua,	179
Relação entre servidor e opinião pública, relação entre órgão e opinião pública.	192
15. Atividades específicas ligadas a grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE), de acordo com as diretrizes vigentes.	199
16. Programas e projetos públicos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra no Distrito Federal.	207

Legislação

Lei nº 8069/90.	1
Lei 11.340/2006.	54
Lei nº 10.741/2003.	64
Lei 8.742/1993.	84
Lei nº 7.716/1989.	98
Lei 8.742/1993.	102
Lei Distrital nº 4.601/2011.	102
Lei Distrital nº 5.165/2013.	105